

05/06/2015 - 05:00

A armadilha da impunidade

Por Jeffrey D. Sachs

O nosso mundo é o mundo da impunidade. Denúncias de corrupção fervilharam em torno da Fifa por décadas, culminando nos indiciamentos em massa de autoridades da Fifa na semana passada. Mesmo assim, o presidente da Fifa, Sepp Blatter, foi reeleito por quatro vezes, uma das quais após a emissão dos indiciamentos. É verdade, Blatter finalmente renunciou, mas apenas depois de ele e dezenas de membros da federação terem dado, mais uma vez, mostras de seu desdém pela honestidade e a lei.

Vemos esse tipo de comportamento por todo o mundo. Consideremos o caso de Wall Street. Em 2013 e 2014, o JP Morgan Chase pagou mais de US\$ 20 bilhões em multas por infrações financeiras; mesmo assim, seu principal executivo embolsou uma remuneração de US\$ 20 milhões, tanto em 2014 quanto em 2015. Ou examinemos os escândalos de corrupção no Brasil, na Espanha e em muitos outros países, em que os governos continuam no poder mesmo após ter ficado exposto o alto nível de corrupção dentro do partido do governo.

A capacidade dos que detêm grande poder público e privado de zombar da lei e das normas éticas para obter vantagens pessoais é uma das manifestações mais gritantes de desigualdade. Os pobres recebem penas de prisão perpétua por crimes insignificantes, enquanto banqueiros que espoliam o público de somas bilionárias são convidados para jantares de Estado na Casa Branca. Uma famosa cantiga da Inglaterra medieval mostra que esse não é um fenômeno novo: "A lei prende/ o homem ou mulher/ que rouba o ganso do homem comum/ mas deixa solto o maior vilão/ que rouba o homem comum do ganso.

Por que esses mesmos banqueiros continuam sendo festejados pelo presidente Obama? A primeira coisa que qualquer sociedade pode e deve fazer é negar respeitabilidade a dirigentes políticos e empresariais que abusam da confiança pública

Os maiores ladrões da atualidade são os que estão roubando os homens comuns contemporâneos - pelo assalto aos cofres públicos, poluição ao ambiente e depredação à confiança pública. Quando os indiciamentos contra as 14 autoridades da Fifa foram movidos, o rol de personagens não incluía apenas canalhas do mundo dos esportes, como também alguns participantes conhecidos: contas secretas em bancos suíços, paraísos fiscais das ilhas Cayman, empresas de fachada - toda a parafernália financeira literalmente criada para blindar os ricos do exame acurado e da lei.

Nesse caso, o FBI e o Departamento de Justiça dos Estados Unidos fizeram o seu trabalho. Mas o fizeram, em parte, ao penetrar nos universos turvos da confidencialidade financeira criados e protegidos pelo Departamento de Tesouro dos EUA, pelo IRS, o departamento de Receita Federal do país, e pelo Congresso americano (defensor perpétuo dos paraísos fiscais caribenhos).

Em algumas sociedades e setores econômicos, a impunidade é atualmente tão generalizada que é encarada como inevitável. Quando o comportamento antiético de dirigentes políticos e empresariais passa a ser amplamente considerado como "normal", ele então deixa de ser punido pela opinião pública e é reforçado como normal - o que cria uma "armadilha da impunidade". Por exemplo, com os políticos nos EUA tão flagrante e implacavelmente achacando doadores ricos, boa parte da opinião pública está aceitando novas revelações de impropriedade financeira (como os negócios financeiros moralmente ambíguos da Clinton Foundation) com um grunhido cínico.

A situação do setor bancário mundial é particularmente alarmante. Um cuidadoso estudo recente sobre atitudes éticas no setor de serviços financeiros nos EUA e no Reino Unido mostrou que o comportamento antiético e ilegal é, de fato,

encarado atualmente como generalizado. Cerca de 47% das pessoas consultadas disseram ser "provável que seus concorrentes se envolveram em atividades antiéticas e ilegais", e 23% disseram considerar que seus colegas estavam envolvidos nessas atividades.

A geração mais jovem aprendeu a lição: 32% dos consultados empregados no setor financeiro há menos de dez anos disseram que "provavelmente fariam uso de informações privilegiadas para ganhar US\$ 10 milhões se não houvesse qualquer possibilidade de ser preso". A probabilidade de ser preso por um delito desses deve ser, infelizmente, muito baixa.

Mas nem todas as sociedades ou setores estão enredados numa armadilha de impunidade. Algumas sociedades, mais notadamente na Escandinávia, mantêm a expectativa de que suas autoridades públicas e dirigentes empresariais têm o dever de agir, e agem, de forma ética e honesta. Nesses países, ministros são obrigados a renunciar por infrações minúsculas que pareceriam triviais em outros países.

Convencer cidadãos americanos, russos, nigerianos ou chineses de que é possível, na verdade, controlar a corrupção pode parecer uma tarefa inútil. Mas a meta certamente vale ser abraçada, porque as evidências são claríssimas: a impunidade não é nociva apenas moralmente; é também onerosa economicamente e profundamente destrutiva do bem-estar.



Estudos recentes mostraram que, quando a "confiança generalizada" na sociedade é alta, o desempenho econômico melhora e a satisfação com a vida é mais elevada. Entre outros motivos, os acordos comerciais são fechados mais facilmente e implementados de maneira mais eficiente. Não é coincidência que os países escandinavos estejam entre os mais felizes e os mais prósperos do mundo ano após ano.

O que pode ser feito, então, para contornar uma armadilha da impunidade? Parte da resposta é, naturalmente, fiscalizar o cumprimento da lei (como fizeram os indiciamentos emitidos pela Fifa) e proteger os denunciadores. Mas fiscalizar o cumprimento da lei não é suficiente - as atitudes públicas também desempenham um grande papel.

Se a opinião pública manifestar desprezo e repulsa por banqueiros que ludibriam seus clientes, por executivos do setor petrolífero que promovem a devastação climática, por autoridades da Fifa que encorajam o pagamento de subornos e por políticos que tratam de ficar muito amigos de todos eles em troca de recursos de campanha e propina, a ilegalidade para os poucos não conseguirá se tornar a regra. O desprezo público pode não pôr fim à corrupção imediatamente, mas pode estragar, e muito, a vida dos que estão roubando os homens comuns.

Um dos candidatos à Presidência dos EUA em 2016, o ex-governador de Maryland, Martin O'Malley, lançou recentemente sua campanha perguntando por que nem ao menos um único principal executivo de Wall Street foi condenado por prática de crime financeiro na esteira do colapso financeiro de 2008. A pergunta é boa, do tipo da que pode ajudar os EUA a contornar sua armadilha da impunidade.

Mas podemos formular uma pergunta ainda mais simples: por que esses mesmos banqueiros continuam sendo festejados pelo presidente Barack Obama, convidados para deslumbrantes jantares de Estado e entrevistados de forma reverente pela mídia? A primeira coisa que qualquer sociedade pode e deve fazer é negar respeitabilidade a dirigentes políticos e empresariais que abusam deliberadamente da confiança pública. **(Tradução de Rachel Warszawski)**

Jeffrey D. Sachs é professor de economia e diretor do Instituto Terra, da Columbia University. É também assessor especial do secretário-geral das Nações Unidas no tema das Metas de Desenvolvimento do Milênio. Copyright: Project Syndicate, 2015.

www.project-syndicate.org